

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.237.528 - DF (2018/0003935-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : TULIO ROBERTO MARIANI
ADVOGADO : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE E
OUTRO(S) - DF011110
AGRAVADO : AIRTON CAMPOS - ESPÓLIO
REPR. POR : RAPHAEL RAMOS CAMPOS
REPR. POR : LUCAS RAMOS CAMPOS
REPR. POR : AIRTON CAMPOS JUNIOR
ADVOGADO : LUCIANA VALERIA PINHEIRO GONCALVES - DF014241
INTERES. : MARCIA CRISTINA ALMEIDA DE ANDRADE
ADVOGADO : ANTÔNIO FERNANDES NETO - DF033873

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/73. NÃO CONFIGURAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO RELEVANTE AO JULGAMENTO DO FEITO. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. SÚMULA 284/STF. TESE RECURSAL QUE PARTE DE PREMISSAS FÁTICAS CUJA VERACIDADE NÃO PODE SER VERIFICADA NO ACÓRDÃO. IMPRESCINDIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NA PARTE CONHECIDA.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por TULIO ROBERTO MARIANI contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o

recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação dos artigos 126, 128, 267, in viso VI, 330, incisos II e III, 348, 349, 396, 397, 458, 460, 472, 485, inciso VI, 512, 515, 535, incisos I e II, 1.046, 1.054, 1.196, 1.200 e 1.201 do Código de Processo Civil de 1973. Assevera que apesar da oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem teria deixado de enfrentar *"a matéria veiculada na apelação de forma clara e completa, especialmente, os fatos novos, incontroversos e, ainda, sobre o preenchimento ou não das condições previstas no artigo 1046 e seguintes do CPC/1973, da preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, da ausência de interesse de agir, esvaziamento da finalidade dos embargos de terceiro, proceder reexame das provas orais e documentais"*. Assevera que no acórdão que julgou a apelação interposta *"houve tão somente exame da questão da prejudicialidade da ação possessória em relação aos embargos de terceiro, que a parte embargante não poderia ser afetada pelos efeitos da sentença proferida nos autos da ação possessória em face do artigo 472 do CPC e, ainda, que o STJ possui jurisprudência no sentido de considerar que é possível a utilização dos embargos de terceiro em possessória, independentemente do momento processual em que a demanda encontre, incluindo o trânsito em julgado"*. Assevera que apesar da oposição de dois embargos de declaração, o Tribunal de origem *"não enfrentou a questão da pertinência jurídica dos embargos de terceiros considerando o fato novo, incontroverso nos autos, que tem a posse do imóvel objeto da ação de reintegração de posse e dos embargos de terceiros é o autor da ação principal e embargado, o que provoca o esvaziamento da própria ação em questão, já que a parte autora não possui mais interesse em agir e, nem, legitimidade ativa para ingressar com a ação em questão, sem falar ainda, exame do legais elencados especialmente, a que houve a perda do objeto e, preenchimento ou não dos requisitos nos artigos 1046 e seguinte do CPC, configuração ou não do requisito de possuidor ser o autor possuidor de boa-fé do imóvel em questão"*. Sustenta que *"essa e. Corte já pacificou o*

entendimento, aplicável, mutatis mutandis, ao caso concreto, segundo o qual, sendo cabíveis os declaratórios, sua rejeição importa na violação do direito subjetivo da parte à integral prestação jurisdicional, devendo, antes, a instância recursal determinar o seu julgamento de conformidade com o ordenamento jurídico".

Assevera que "a parte embargante não tem mais interesse de agir, já que o processo não é necessário, útil e nem adequado", bem como "não mais detém a condição fática-jurídica de figurar no pólo ativo dos embargos de terceiro e, ainda, que houve completo esvaziamento da finalidade dos embargos de terceiro considerando o fato novo noticiado por ambas as partes, o que tornou-o incontroverso nos autos, que a posse do imóvel objeto da ação de reintegração de posse e dos embargos de terceiro está com o autor da ação principal". Explica que o interesse de agir nos embargos de terceiro está vinculado à "manutenção da posse". Reitera que "a posse do imóvel não mais está com a parte embargante, tendo sido retomada pela parte embargada, que é parte autora das ações de reintegração, assim, não há como reconhecer qualquer utilidade da presente demanda, a questão fática surgida no curso do processo, no caso, o falecimento do Sr. Airton Campos e, ainda, o abandono do imóvel e a retomada da posse do imóvel pelo Sr. Tulio, parte embargada em razão da situação precária do imóvel, de forma pacífica e mansa, evidencia que a medida postulada nos embargos não é mais útil, já que não pode remediar ou prevenir o mal alegado pela parte embargante".

Aponta que "o autor da ação possessória, parte embargada no presente caso, é um legítimo possuidor do imóvel da controvérsia, que o critério adotado de melhor posse não pode prosperar frente aos fatos incontroversos dos autos". Afirma que "a parte embargada tratou de arguir a nulidade do ato negocial apontado como a fonte do direito de posse do embargante, alegando que apresentava vício de nulidade, no caso, o documento era falso, não foi assinado pelo embargado, houve a simulação, falsificação de sua assinatura".

Destaca que "o critério da MELHOR POSSE deve ser utilizado para o

juízo da ação possessória e, não, para o julgamento dos embargos de terceiro, estes, devem ser apreciados à luz dos artigos 1046 e seguintes do CPC, verificando a condição de terceiro de boa-fé do embargante". Sustenta que a petição inicial seria inepta, pois "os documentos de fls. 290/306 juntado pela parte embargante NÃO PODEM SER CONSIDERADOS, COMO FEZ ERRONEAMENTE A R. SENTENÇA ATACADA, JÁ QUE DEVERIAM TER SIDO JUNTADOS COM A PETIÇÃO INICIAL, POR NÃO SEREM DOCUMENTOS NOVOS NA DICÇÃO DO ARTIGO 396 E 397 DO CPC, PELO CONTRÁRIO, RETRATAM SUPOSTOS FATOS OCORRIDOS ANTERIORMENTE AO AJUIZAMENTO DA PRESENTE AÇÃO".

Destaca que "a posse da parte embargante se enquadra dentro no conceito jurídico de clandestina, precária e, ainda, de má-fé, já que o documento de fls. 14/15 são documentos falsos, viciados, nulos, simulados, formulados para obter fins ilícitos, tanto que a parte embargada apresentou defesa nesse sentido e, ainda, pretendeu a realização de perícia, lembrando que há um processo criminal em curso apurando exatamente tais fatos que são graves", acrescentando que "AS OUTRAS PROVAS DOCUMENTAIS, INCLUSIVE, OS RECIBOS DE FLS. 290/306 NÃO COMPROVAM A VERACIDADE DOS PAGAMENTOS, PELO CONTRÁRIO, SÃO FRÁGEIS E CARENTE DE SUSTENTAÇÃO FÁTICA."

Este recurso, todavia, não comporta provimento na parte em que pode ser conhecido.

É pacífico o entendimento desta Corte quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes. Em outras palavras, cabe ao magistrado resolver a lide que lhe é posta, não estando submetido aos argumentos indicados pelo réu ou pelo autor, valendo o brocardo "*da mihi factum dabo tibi ius*".

Destarte, a violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973 não se caracteriza com o fato do Tribunal não ter se manifestado sobre este ou aquele ponto, não tenha indicado expressamente o dispositivo legal em que esteja fundamentado (importante lembrar que não se exige o prequestionamento exposto da matéria recursal para a admissão do recurso especial, sendo imprescindível apenas que os temas pertinentes aos artigos legais tenham sido apreciados, o chamado prequestionamento implícito), mas sim quando demonstrada a existência de omissão relevante à solução do caso.

Na espécie, em que pese o extenso capítulo pertinente à questão, pode-se resumir a alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973 à assertiva de que apesar de terem sido opostos embargos declaratórios, o Tribunal de origem "*não enfrentou a questão da pertinência jurídica dos embargos de terceiros considerando o fato novo, incontroverso nos autos, que tem a posse do imóvel objeto da ação de reintegração de posse e dos embargos de terceiros é o autor da ação principal e embargado, o que provoca o esvaziamento da própria ação em questão, já que a parte autora não possui mais interesse em agir e, nem, legitimidade ativa para ingressar com a ação em questão, sem falar ainda, exame do preenchimento ou não dos requisitos legais elencados nos artigos 1046 e seguinte do CPC, especialmente a configuração ou não do requisito de possuidor ser o autor possuidor de boa-fé do imóvel em questão*".

Sem qualquer razão.

Há efetivamente a indicação de apenas uma omissão, tendo em vista que a própria estrutura argumentativa utilizada evidencia que parte das questões apontadas não constituíam vícios que poderiam ser suscitados pela via dos embargos declaratórios.

Com efeito, o magistrado tem o dever de apreciar de maneira exauriente o substrato fático e jurídico pertinente ao caso concreto para então apresentar suas conclusões ao caso concreto. As omissões que autorizam a oposição de embargos declaratórios dizem respeito a este substrato, não às conclusões. O fato do magistrado chegar a conclusão que não se adequa aos interesses da parte não

significa que ele foi omissos acerca das outras conclusões possíveis, significa que estas foram rejeitadas.

É necessário que se indique com precisão a premissa fática ou jurídica que não foi apreciada pelo julgador, não apenas alegar que o Tribunal de origem teria deixado de "*proceder devido exame do conjunto fático probatório dos autos*" ou que teria sido omissos acerca da "*má apreciação das provas documentais, da má aplicação e interpretação do instituto da melhor posse, da violações aos artigos violador dos artigos 130, 131, 300, 302, 332, 333, I e II, 348, 349, 396, 397 do CPC, 1046 e seguintes do CCB, 1196 e seguintes do CCB, do princípio da boa fé previsto no artigo 422 do CCB*", pois tais assertivas apenas expressam irresignação com a apreciação do caso concreto feita pelo Tribunal de origem.

Nestes termos, a única omissão efetivamente indicada diz respeito ao "*fato novo noticiado pela parte ora embargante que o imóvel objeto da ação tinha sido abandonado*". Enfatizo que apesar do recorrente afirmar que haveria outras omissões, tratam-se na verdade das conclusões decorrentes deste fato.

Nada obstante, tal questão foi apreciada tanto pelo juízo de primeira instância, sendo desprovida de qualquer lastro a alegada "*preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional*", quanto pelo Tribunal de origem.

Observe-se que no acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração opostos, o Tribunal de origem pontuou que o juízo de primeira instância teria relatado o suposto fato novo e o considerado no momento em que proferira a sentença, apontando que haveria nos autos "*um boletim de ocorrência noticiando perturbação da tranquilidade e invasão do imóvel por parte do Sr. Túlio, datado de 03/04/2015*". A indicação deste boletim de ocorrência, juntado pelo ESPÓLIO DE AIRTON CAMPOS às e-STJ fls. 310/313, por si só, já comprova que haveria controvérsia acerca da retomada do imóvel, não se podendo dizer que esta ocorreu de "*forma pacífica e mansa*".

Compulsando os autos, em que pese não conste na sentença qualquer consideração acerca do alegado "*fato novo*", há de se ponderar que não havia justificativa para que o agravante apresentasse irresignação com o quanto decidido.

O recorrente pleiteara a extinção do feito com fundamento no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil de 1973, tendo em vista que o autor dos embargos de terceiro teria falecido e o imóvel objeto da demanda estaria sendo ocupado por outra pessoa.

Isto foi recebido como um pedido de desistência da ação de reintegração de posse por parte do recorrente pelo juízo de primeira instância, que determinou a intimação do recorrido para que se manifestasse sobre as alegações apresentadas (e-STJ fls. 280).

Em atenção a este despacho, o recorrido informou que o imóvel estaria sendo alugado à pessoa encontrada no imóvel, motivo pelo qual seria descabida a extinção do feito (e-STJ fls. 289). Considerando isto, o juízo de primeira instância não acolheu o pedido do recorrente e determinou o prosseguimento do feito (e-STJ fls. 295).

Às e-STJ fls. 310 o recorrido informou que o "*embargado invadiu o imóvel sem qualquer autorização das partes envolvidas e desse Douto Juíz, além de estar privando os representantes do ESPÓLIO DE AIRTON CAMPOS de fazer uso do imóvel*", trazendo aos autos o boletim de ocorrência indicado no acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração opostos pelo recorrido.

Como se pode observar, era controverso como o recorrente teria retomado a posse do imóvel objeto da demanda. Não por outro motivo, o juízo de primeira instância intimou as partes para que informassem as provas que pretendiam produzir (e-STJ fls. 315), tendo o recorrente deixado transcorrer *in albis* o prazo para fazê-lo, como certificado às e-STJ fls. 330.

Assim, sendo patente que havia controvérsia quanto à forma pela qual o recorrente retomou a posse era controversa, cabendo lembrar que estando a questão sendo discutida judicialmente, não poderia valer-se das próprias forças para retirar os sucessores do recorrido do imóvel, era imprescindível que o recorrente, quem alegou que teria retomado o imóvel de forma pacífica e mansa, apresentasse elementos probatórios para lastrear tal assertiva, o que não ocorreu

em momento oportuno, tendo em vista que deixou transcrever *in albis* o prazo para que indicasse as provas que pretendia produzir.

O que se observa assim é que toda a argumentação apresentada pelo recorrente está calcada em uma premissa que claramente não poderia ser admitida como verdadeira.

Nestes termos, não há que se falar em omissão apta a configurar a violação ao dispositivos legais antes indicados, pois patente a sua inaptidão para alterar o quanto decidido.

Pontuo que o recorrente também fundamenta a questão em uma suposta violação aos artigos 126, 128, 458, 460, 512 e 515 do Código de Processo Civil de 1973, mas estes artigos não possuem relação com a questão apresentada, dizendo respeito a outras questões processuais que em nenhum momento foram indicadas nas razões recursais.

Observe-se que o recorrente não está discutindo a vedação ao *non liquet*, a inobservância dos limites da lide, se a decisão seria *extra* ou *ultra petita*, o fato de que o acórdão proferido substitui a sentença recorrida nos pontos que foram objeto de apelação ou o efeito devolutivo da apelação, sendo incompreensível qual a pertinência destes dispositivos legais e, conseqüentemente, deficientes as razões recursais quanto à alegada violação destes dispositivos legais, encontrando óbice na Súmula 284/STF.

Este mesmo óbice aplica-se às demais questões.

Observe-se que a interposição de recurso especial deve demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente o recurso deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstram como, de fato, isto teria ocorrido. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste.

Destarte, cabe a quem recorre, invariavelmente, apresentar estes dois

elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

Em que pese o recorrente indique os dispositivos legais que entende ter sido violados na espécie, as premissas maiores do recurso especial, resta claro que as premissas menores indicadas claramente encontram-se dissociadas da realidade, o que torna impossível compreender como tal violação poderia efetivamente ter ocorrido na espécie.

No que tange à alegada violação aos artigos 130, 131, 267, inciso VI, 300, 302, inciso III, 320, inciso I, 333, incisos I e II, 348 e 349 do Código de Processo Civil de 1973, o recorrente assevera que o Tribunal de origem teria deixado de considerar os *"fatos incontroversos dos autos e o fato da posse do imóvel por parte do autor da ação possessória"*, concluindo que *"a perda da posse dos embargantes"* implicaria na *"ausência de interesse de agir e o total esvaziamento jurídico que provoca tal situação fática no caso dos embargos de terceiro que visam unicamente defender a posse de terceiro"*. Destaca que *"a questão fática surgida no curso do processo, no caso, o falecimento do Sr. Airton Campos e, ainda, o abandono do imóvel e a retomada da posse do imóvel pelo Sr. Túlio, parte embargada em razão da situação precária, de forma pacífica e mansa, evidencia que a medida postulada nos embargos não é mais útil"*.

Nada obstante, o próprio agravante reconhece que tais razões encontram-se dissociadas da realidade ao indicar trecho do acórdão proferido no julgamento do segundo embargo de declaração em que se consigna que o que há nos autos é *"um boletim de ocorrência noticiando perturbação da tranquilidade e invasão do imóvel por parte do Sr. Túlio datado de 03.04.2015 (fls.295/296)"*.

Observe-se que se tratando de ação possessória, em que se discute apenas a posse, efetivamente, tivesse o terceiro embargante abandonado o imóvel dever-se-ia extinguir o processo, pois do julgamento dos embargos não lhe poderia advir *"qualquer utilidade"*.

Nada obstante, se está se discutindo a posse, e o embargante afirma que não abandonou o imóvel, mas que este foi invadido pelo recorrente, carece de qualquer lastro a assertiva de que os embargos de terceiro não teriam mais qualquer utilidade, pois reconhecido que o embargante deveria ser mantido na posse, teria ele título judicial para retomar a posse do imóvel.

Estando a posse do imóvel sendo discutida judicialmente, é absolutamente descabido que o recorrente, valendo-se da própria força, retome o imóvel, pois isto constitui atentado, inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

Não se trata de hipótese de perda de interesse de agir, que pressupunha o abandono do imóvel e a sua retomada de forma pacífica e mansa, tendo o recorrido interesse em discutir sim quem teria o direito de ser mantido na posse.

Nestes termos, carece de um lastro mínimo a pretensão recursal de que fosse reconhecida a perda de interesse de agir do recorrido, o que torna deficientes as razões recursais.

No que tange à alegada violação aos artigos 126, 128, 130, 131, 333, incisos I e II, 348, 349, 396, 397, 472, 1.046, 1.054, 1.196, 1.200, 1.201 e 1.206 do Código de Processo Civil de 1973, o recorrente afirma que *"o juiz TEM O DEVER DE ESCLARECER O FATO, APLICANDO O ARTIGO 130 DO CPC, E SÓ APÓS JULGAR COM BASE NA REGRA DO ÔNUS DA PROVA"*. Sustenta que *"os embargos de terceiros não devem ser sequer aceitos já que a condição essencial para tanto, com a devida venia, não foi preenchida, no caso, a boa-fé não restou configurada ou, pelo menos, ficou bastante comprometida a partir das alegações deduzidas pelo embargado que foram, sim, comprovadas pelos documentos que foram anexados aos autos"*. Pontua ainda que os *"recibos de pagamentos realizados pelo Sr. Airton Campos em favor da Sra. Márcia Cristina Almeida de Andrade em razão de negociação havida entre eles"*, não podem ser qualificados como documentos novos, portanto *"não devem ser considerados para todo e qualquer efeito e devem ser desentranhados dos autos"*.

No que tange à pretensão de desentranhamento de documentos, há de se observar que sequer é possível compreender qual seria o interesse do recorrente quanto ao ponto, tendo em vista que não foram estes documentos determinantes no julgamento do feito, sendo inequívoco que a sentença, e por consequência o acórdão, estão fundamentados nos instrumentos particulares de cessão de direito, que delimitam a cadeia sucessória do bem. Neste sentido, consta na sentença que:

"A controvérsia entre as partes não apresenta maior complexidade. A parte autora pretende a manutenção na posse de bem que afirma ter direito de uso. O primeiro embargante sustenta que o autor não tem direito de posse sobre o bem e a segunda embargante assevera que cedeu seus direitos sobre o bem para o autor.

Diante da preclusão sobre produção de prova pericial, bem como da afirmação da segunda embargada de que cedeu os direitos de uso do bem, não há nos autos prova de falsidade dos Instrumentos particulares de cessão de direitos, os quais possuem reconhecimento oficial de firma das partes (fls. 159/160), e delimitam a cadeia sucessória do bem.

Logo, tratando-se de posse e restando demonstrada a melhor posse em favor do embargante, merece prosperar o pleito autoral para mantê-lo na posse do bem." (e-STJ fls. 342)

Assim, a discussão claramente reside na existência de justo título a justificar a posse de boa-fé do recorrido, fato determinante ao julgamento do feito.

Antes de prosseguir, há de se considerar que o ônus probatório é das partes, não do julgador, cabendo a elas trazerem elementos probatórios aptos a formar a convicção do juízo em determinado sentido. Destarte, é incompreensível qual seria o fundamento legal da assertiva de que *"o juiz TEM O DEVER DE ESCLARECER O FATO, APLICANDO O ARTIGO 130 DO CPC, E SÓ APÓS JULGAR COM BASE NA REGRA DO ÔNUS DA PROVA"*, pois ainda que o juiz possa determinar a produção de provas para instruir o feito de maneira adequada, isto pressupõe que ainda não tenha formado a sua convicção acerca de determinado fato, hipótese que claramente não coincide com a dos autos.

Nestes termos, as razões apresentadas pelo recorrente não evidenciam

como qualquer dos dispositivos legais teria sido efetivamente violado na espécie. Tanto o acórdão recorrido estão fundamentados em juízo de certeza acerca da validade dos instrumentos particulares de cessão de direitos. Se a tese recursal parte da premissa de que estes documentos seriam falsos e esta falsidade somente poderia ser comprovada por meio de prova pericial, destinada a apurar a falsidade da assinatura constante no documento, há de se considerar que a mera alegação de que *"a boa-fé não restou configurada ou, pelo menos, ficou bastante comprometida a partir das alegações deduzidas pelo embargado que foram, sim, comprovadas pelos documentos que foram anexados aos autos"* simplesmente não traz qualquer elemento concreto que aponte para equívoco na decisão agravada.

Explico, se a discussão se assenta na falsidade do documento, o que teria como consequência o afastamento da boa-fé, seria imprescindível que o recorrente indicasse com precisão a existência de documento nos autos apto a comprovar a alegada falsidade. Simplesmente não há nas razões recursais a indicação de qualquer documento apto a influir no quanto decidido, sendo patente a natureza genérica da argumentação apresentada.

Observe-se que a discussão acerca das provas pressupõe a indicação precisa dos fatos controversos determinantes ao julgamento e das provas aptas a influir no quanto decidido. Na espécie resta claro que o fato controverso era a veracidade dos instrumentos particulares de cessão de direitos, mas não há a indicação precisa de qual prova produzida no curso do processo teria aptidão a comprovar a sua falsidade.

Há de se destacar que o Tribunal de origem pontuou que esta discussão teria restado preclusa, tendo em vista que apesar de ter requerido a produção de prova pericial, o recorrente simplesmente não tomou as diligências necessárias à sua produção. Trata-se de fundamento que não foi efetivamente impugnado pelo recorrido, que limitou-se a atribuir ao julgador o ônus de produzir provas de seu direito, como consignado acima, o que também impõe o não conhecimento do recurso.

Mais a mais, resta claro que a apreciação das pretensões recursais também encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Aplica-se este enunciado aos casos em que a análise da pretensão recursal demande o revolvimento do quadro fático-probatório dos autos. Destarte, a fundamentação recursal deve adotar como premissa as conclusões a que o Tribunal de origem tenha chegado com a análise das provas e fatos constantes nos autos para que o recurso possa ser conhecido.

Ao partir de conclusão diversa da esposada pelo Tribunal de origem para fundamentar a alegação de violação à legislação federal ou de dissídio jurisprudencial, para que se possa verificá-las, torna-se imprescindível o reexame da matéria fática para que se possa averiguar a veracidade da premissa, atribuindo a este Tribunal papel que não lhe cabe.

Não se ignora que a discussão sobre prova tem sido admitida por este Tribunal Superior, mas tal hipótese é restrita aos casos em que se pretenda atribuir qualificação jurídica diversa aos fatos narrados no acórdão. Assim, é necessário que seja indicada uma qualificação jurídica que deva ser atribuída a fato ou prova específico, demonstrando-se o equívoco do Tribunal de origem ao atribuir qualificação jurídica diversa ao mesmo fato ou prova.

Nos termos apresentados, as teses recursais dependem de duas premissas fáticas, a de que o recorrido teria abandonado o imóvel, e consequentemente que a sua retomada teria ocorrido de maneira mansa e pacífica, e a de que a provas produzidas teriam sido suficientes para comprovar a falsidade do instrumento particular de cessão de direitos, premissas que foram rejeitadas pelo Tribunal de origem, sendo inequívoco que a apreciação das teses recursais não poderia ocorrer sem que se revolvesse o acervo fático-probatório dos autos.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial na parte conhecida.

Em atenção ao art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, a título de honorários recursais, majoro os honorários arbitrados na origem (e-STJ fls. 342) em R\$ 1.000,00.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator